



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

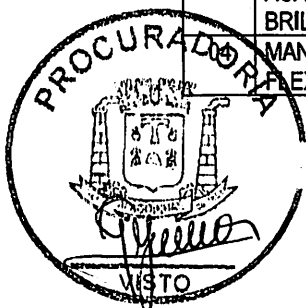
CONTRATO Nº 10/2025

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS E A
EMPRESA JBS EMPREENDIMENTOS E
CONSULTORIA LTDA. LEI Nº 14.133/21.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS-BA, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.341.243/0001-35, com sede administrativa situado na Rua Coronel Phyladelfo Neves, Juracy Magalhães, Estado Bahia, nº S/N, Centro, Alagoinhas, Estado Bahia, por seu Presidente José Cleto dos Santos Filho inscrito no CPF nº 950.238.105-00 e RG nº 876369301 SSP/BA, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.916.120/0001-07, com sede na Rua Santa Clara – Praça Kennedy, nº46 CEP 48.009-140, Alagoinhas/BA, neste ato representado na forma dos seus Estatutos/Regimento/Contrato Social, pelo Sr. JOEL BARBOSA DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade nº 587451572 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 786.282.615-91, aqui denominada CONTRATADA, tendo em vista o processo da Dispensa de Licitação nº 10/2025, contratam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II) O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS-BA** nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Planilha anexa a este instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUAN	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ASSENTO SANITÁRIO, COR BRANCO, TAMPA EM POLIPROPILENO, E ASSENTO ALMOFADADO EM EVA, FORMATO OVAL, ENCAIXE AJUSTÁVEL COM O TAMPO INJETADO E ARO SOPRADO, COM MATERIAL ANTI-FUNGO	UND	30	HERC	R\$ 65,00	R\$ 1.950,00
02	VASO SANITÁRIO COMPLETO COM CAIXA ACOPLADA, BRANCO, 3/6 LITROS, DIMENSÃO APROXIMADA: ALTURA 385MM E 590MM DE COMPRIMENTO, DE ACORDO COM A NORMA NBR-16727-	UND	05	LUZARTE	R\$ 480,00	R\$ 2.400,00
03	VASO SANITÁRIO PARA CAIXA ACOPLADA/ COR BRANCO/ ACABAMENTO ESMALTADO – BRILHANTE/ TAMANHO MÉDIO	UND	05	LUZARTE	R\$ 240,00	R\$ 1.200,00
	MANGUEIRA TRANÇADA SUPER FLEXÍVEL TRANSPARENTE 20MM,	UND	05	MANTAC	R\$ 105,00	R\$ 525,00



JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital por JBS
EMPREENDIMENTOS E
CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

430





CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CLETO DOS SANTOS FILHO - 31/07/2025 17:05:22
Acesse em: <https://e-icm.ba.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: 1d91857f-888b-49ea-bf10-c207e5830f50

	PVC, FIO POLIÉSTER, ESPESSURA PAREDE 2,50MM, COMPRIMENTO MÍNIMO 30MT					
05	MANGUEIRA IRRIGAÇÃO MICRO PERFURADA TIPO 1 OU 2 100M / COMPRIMENTO: 100 METROS / MATERIAL: POLIETILENO / PRESSÃO MÁXIMA SUPOSTADA: 8 PSI	UND	05	CRISTAL	R\$ 194,80	R\$ 974,00
06	SIFÃO AJUSTÁVEL (SANFONADO) APROXIMADAMENTE 66CM, EM POLIPROPILENO E ELASTÔMEROS, ADAPTÁVEL ÀS VÁLVULAS DE 7/8", 1 1/4" E 1 1/2", COM SAÍDAS DE ESGOTO DN 38, 40, 48 E 50	UND	50	FORTLEV	R\$ 9,50	R\$ 475,00
07	KIT REPARO MECANISMO PARA CAIXA ACOPLADA UNIVERSAL VÁLVULA DE DESCARGA / CAPACIDADE DE EM VOLUME DE 6L/10 CM X 10 CM X 10 CM	UND	20	OLFIX	R\$ 147,90	R\$ 2.958,00
08	TUBO DE PVC BRANCO (ESGOTO) 6MT, DN 100, SOLDÁVEL, CLASSE DEM RIGIDEZ SN - 1500PA	UND	20	FORTLEV	R\$ 90,60	R\$ 1.812,00
09	TUBO DE PVC BRANCO (ESGOTO) 6MT, DN 150, SOLDÁVEL, CLASSE DE RIGIDEZ SN - 1500PA	UND	20	FORTLEV	R\$ 196,00	R\$ 3.920,00
10	TORNEIRA JARDIM ESFERA 1/4 VOLTA, 3/4", FABRICADA EM LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO), COR CROMADO	UND	20	BARTOFIL	R\$ 40,00	R\$ 800,00
11	TORNEIRA AUTOMÁTICA DE METAL CROMADO/ 12,8 CM (LARGURA TOTAL) 9,5 CM (LARGURA DO CORPO DA TORNEIRA) 13,3 CM (ALTURA TOTAL) / PRESSÃO MÍNIMA E MÁXIMA DA ÁGUA: 0-14KG F/CM2	UND	10	JR	R\$ 192,00	R\$ 1.920,00
12	TUBO DE LIGAÇÃO AJUSTÁVEL CROMADO PARA VASO SANITÁRIO - COMPRIMENTO: 26 CM/ MATERIAL: PLÁSTICOS DE ENGENHARIA E ELASTÔMEROS	UND	30	BLUKIT	R\$ 30,50	R\$ 915,00
13	REGISTRO DE GAVETA COM ACABAMENTO/BITOLA EM MILÍMETROS:25CM. /BITOLA EM POLEGADAS: 3/4"/MATERIAL: PLÁSTICO TIPO PVC	UND	05	CRISTAL	R\$ 108,00	R\$ 540,00
14	REGISTRO DE PRESSÃO BASE 3/4", 20MM, SISTEMA DE ABERTURA ROTATIVO, COMPOSIÇÃO: LIGAS DE COBRE, ELASTÔMEROS E PLÁSTICO DE ENGENHARIA, QUE ATENDE A NORMA NBR 15704-1	UND	10	CRISTAL	R\$ 72,90	R\$ 729,00



JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital por JBS
EMPREENDIMENTOS E
CONSULTORIA
LTDA:18916120000107



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA



15	ANEL DE VEDAÇÃO COM GUIA PARA BACIA SANITÁRIA "CORPO FABRICADO EM BORRACHA BUTÍLICA (IIR)	UND	20	MUNDIAL	R\$ 10,20	R\$ 204,00
16	FITA VEDA ROSCA COMPRIMENTO 10M, FABRICADO 100% A BASE DE RESINA PTFE - POLITETRAFLUORETILENO NÃO SINTERIZADO; LARGURA - 18MM; ESPESSURA - 0,07MM; TUBETE EM POLIESTIRENO; EMBALAGEM DE CARTÃO TRIPLEX PARA EVITAR O DESFIAMENTO DA FITA, QUE ATENDA A NORMA DE REFERÊNCIA ABNT NBR 16368;	UND	50	FORTLEV	R\$ 4,10	R\$ 205,00
17	CABO ELÉTRICO, TIPO: FLEXÍVEL, MATERIAL(IS) CONDUTOR: COBRE, COR(ES): A SER DEFINIDA, TENSÃO MÁXIMA DE ISOLAÇÃO: 750V, SEÇÃO NOMINAL DO CONDUTOR: 4MM ² , CARACTERÍSTICA(S) ADICIONAL(IS): 01 CONDUTOR, ISOLADO POR PVC ANTICHAMA, NORMA TÉCNICA ABNT, UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO C/ 100 METROS.	ROLO	15	COBRECUM	R\$ 464,80	R\$ 6.972,00
18	CABO ELÉTRICO, TIPO: FLEXÍVEL, MATERIAL(IS) CONDUTOR: COBRE, COR(ES): A SER DEFINIDA, TENSÃO MÁXIMA DE ISOLAÇÃO: 750V, SEÇÃO NOMINAL DO CONDUTOR: 2,5MM ² , CARACTERÍSTICA(S) ADICIONAL(IS): ISOLADO POR PVC ANTICHAMA, NORMA TÉCNICA ABNT E SELO DO INMETRO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO C/ 100 METROS	ROLO	15	COBRECUM	R\$ 275,00	R\$ 4.125,00
19	EXTENSÃO ELÉTRICA, AMPERAGEM: 10A, TENSÃO: 250V, COR: A SER DEFINIDA, DIMENSÃO(ÕES) CABO: 5M DE COMPRIMENTO, CARACTERÍSTICA(S) ADICIONAL(IS): C/ 03 TOMADAS 2P+T, NORMA TÉCNICA ABNT E SELO DO INMETRO.	UND	20	LIEGE	R\$ 34,00	R\$ 680,00
20	FITA ISOLANTE, ESPESSURA: 0,18MM, LARGURA: 19MM, COMPRIMENTO: 20M. MATERIAL: PVC ANTICHAMA	UND	30	FOX LUX	R\$ 9,90	R\$ 297,00
	ADAPTADOR DE TOMADA, TIPO: BENJAMIM, MATERIAL CORPO:					



JBS EMPREENDIMENTOS E Assinado de forma digital por JBS
CONSULTORIA EMPREENDIMENTOS E
CONSULTORIA
LTDA:18916120000107 LTDA:18916120000107



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA



	TERMOPLÁSTICO, MODELO: 03 SAÍDAS 2P + T, EM FORMATO DE T, AMPERAGEM: 10A, TENSÃO: 250V, CARACTERÍSTICAS: ACESSÓRIO MÓVEL EM UMA ÚNICA PEÇA QUE INCORPORA UM PLUGUE E TRÊS TOMADAS, APLICAÇÃO: CONECTAR DIVERSOS APARELHOS ELÉTRICOS NUMA MESMA TOMADA, COR: A SER DEFINIDA, NORMAS TÉCNICAS: INMETRO E EM CONFORMIDADE C/ A ABNT.	UND	30	DECORLUX	R\$ 8,50	R\$ 255,00
22	LÂMPADA, TIPO: LED, POTÊNCIA: 30W, COR(ES): BRANCA, BASE: E-27, TEMPERATURA DE COR: 6500K, TENSÃO: BIVOLT, CARACTERÍSTICA(S) ADICIONAL(IS): NORMA TÉCNICA ABNT.	UND	150	G-LIGHT	R\$ 18,00	R\$ 2.700,00
23	LÂMPADA FLUORESCENTE, TIPO: TUBULAR, COR(ES): BRANCA, POTÊNCIA: 36W, BULBO: T8, BASE: G13, TENSÃO: BIVOLT CARACTERÍSTICA(S) ADICIONAL(IS): NORMA TÉCNICA ABNT, SELO DO INMETRO E PROCEL.	UND	150	G-LIGHT	R\$ 21,40	R\$ 3.210,00
24	LÂMPADA LED BULBO 9W DIMERIZAVEL LUZ MORNAL/ POTENCIA; 9W/4.5W /2.5W / TENSÃO BIVOLT; 127V /220V / BASE E27/ ÂNGULO DE ABERTURA 200°/ COR CLARA	UND	150	G-LIGHT	R\$ 6,60	R\$ 990,00
25	CAIXA SIFONADA QUADRADA PVC COMPLETA, 3 ENTRADAS, ALTURA DE 100MM DN 100 X 100 X 50, COM GRELHA EM ALUMIO OU AÇO INOX	UND	20	FORTLEV	R\$ 17,90	R\$ 358,00
26	CANALETA ADESIVA PVC 20X10 2METROS C/DIVISÓRIA/ FORMATO DO ORGANIZADOR: RETO / MATERIAL: PVC RÍGIDO/ CAIXA COM 25 PEÇAS	CAIXA	20	ESTEC	R\$ 79,10	R\$ 1.582,00
27	CONJUNTO 2 TOMADAS SIMPLES / CORRENTE ELETRICA: 10A E 20A / MATERIAL PLÁSTICO/ TENSÃO ELÉTRICA 250V/ EMBALAGEM COM 1 CONJUNTO COM 2 TOMADAS (1 DE 10A E 1 DE 20A) 2P+T/ COR: BRANCA.	UND	20	PLUZIE	R\$ 16,80	R\$ 336,00
28	CONJUNTO INTERRUPTOR SIMPLES / QUANTIDADE DE TECLAS 1 TECLA/ MATERIAL	UND	20	PLUZIE	R\$ 7,50	R\$ 150,00



JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107
Assinado de forma digital por
JBS EMPREENDIMENTOS E
CONSULTORIA
LTDA:18916120000107



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CLETO DOS SANTOS FILHO - 31/07/2025 17:05:22
Acesse em: <https://e-cam.ba.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: 1d91857f-888b-49ca-bf10-c207e5830f50

	PLÁSTICO / CORRENTE ELÉTRICA: 10A / COR: BRANCA					
29	CONJUNTO INTERRUPTOR SIMPLES / QUANTIDADE DE TECLAS 2 TECLA/ MATERIAL PLÁSTICO / CORRENTE ELÉTRICA: 10A / COR: BRANCA	UND	20	PLUZIE	R\$ 15,90	R\$ 318,00
30	VÁLVULA DE ESCOAMENTO PARA PIA, 1.1/4" BRANCO FABRICADA EM PP (POLIPROPILENO), SEM LADRÃO, QUE ATENDA A NORMA NBR 15423	UND	20	DURIM	R\$ 10,30	R\$ 206,00
31	VÁLVULA DE ESCOAMENTO PARA PIA, 7/8" BRANCO FABRICADA EM PP (POLIPROPILENO), SEM LADRÃO, QUE ATENDA A NORMA NBR 15423	UND	20	DURIM	R\$ 4,80	R\$ 96,00
32	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO E TANQUE 1", BRANCO FABRICADA EM PP (POLIPROPILENO), SEM LADRÃO, QUE ATENDA A NORMA NBR 15423	UND	20	FORTLEV	R\$ 4,50	R\$ 90,00
33	TUBO SOLDÁVEL 25MM COM 3 METROS/ COR MARROM/ TIPO DO MATERIAL: PVC / DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO COM EMBALAGEM (CM): AXLXP /2,5 X 2,5 X 300 CM.	UND	10	FORTLEV	R\$ 12,00	R\$ 120,00
34	TUBO SOLDÁVEL 50MM COM 3 METROS/ COR MARROM; TIPO DO MATERIAL: PVC/ DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO COM EMBALAGEM (CM) - AXLXP: 5 X 5 X 300 CM	UND	10	FORTLEV	R\$ 45,20	R\$ 452,00
35	TUBO SOLDÁVEL 32MM COM 3 METROS/ COR MARROM/ TIPO DO MATERIAL: PVC/ DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO COM EMBALAGEM (CM) - AXLXP: 3,7 X 3,7 X 300 CM	UND	10	FORTLEV	R\$ 29,00	R\$ 290,00
36	TUBO SOLDÁVEL 40MM COM 3 METROS MARROM/ COR MARROM/ TIPO DO MATERIAL: PVC/ DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO COM EMBALAGEM (CM) - AXLXP: 4,6 X 4,6 X 300 CM	UND	10	FORTLEV	R\$ 42,00	R\$ 420,00
37	PAINEL LED LUMINÁRIA PLAFON DE SOBREPOR 28CM, 24W, 6500K- LUZ BRANCA, COR: BRANCO/ MATERIAL: BRANCO / TENSÃO NOMINAL BIVOLT: 100V A 240V, FATOR DE POTÊNCIA: ≥0,50, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA. VIDA ÚTIL, 25 MIL HORAS.	UND	100	G-LIGHT	R\$ 47,65	R\$ 4.765,00



JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital por
JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

424



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA



38	PREGO DE AÇO 17X21 / PACOTE COM 100 UNIDADE	PACOTE	10	GERDAL	R\$ 12,20	R\$ 122,00
39	JOELHOS PVC SOLDÁVEL COTOVELO 50MM 1.1/2 POLEGADA 90	UND	50	FORTLEV	R\$ 4,80	R\$ 240,00
40	FECHADURA EXTERNA PARA PORTA DE ENTRADA / TIPO DE TRINCO: LINGUETA / ACABAMENTO: INOX / PARA ABERTURAS DE 3CM A 3.5CM DE GROSSURA.	UND	05	SILVANA	R\$ 123,00	R\$ 615,00
VALOR TOTAL:						R\$ 50.916,00
VALOR TOTAL POR EXTENSO: Cinquenta Mil Novecentos e Dezesesseis Reais						

1.1. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.1.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.1.3. A Proposta do Contratado;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1.O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 PREÇO

5.1.1 O valor total da contratação é de R\$ R\$ 50.916,00 (Cinquenta Mil Novecentos e Dezesesseis Reais).



JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital
por JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA



5.1.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3 O valor da planilha anexa é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.2 FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3 PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) de correção monetária.

5.4 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



5.4.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital por
JBS EMPREENDIMENTOS E
CONSULTORIA
LTDA:18916120000107



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

5.4.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital por
JBS EMPREENDIMENTOS E
CONSULTORIA
LTDA:18916120000107



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

- 6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 7.1 São obrigações do Contratante:
- 7.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;



JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital
por JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107





CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

- 8.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 8.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.1.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 8.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 8.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 8.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o



JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital
por JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107





CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital
por JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107





CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(a) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital
por JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107
Assinado de forma digital por JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107



442





CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

11.4.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1 As despesas deste contrato estão previstas no orçamento de 2025 e da rubrica, que lhe suceder nos orçamentos seguintes:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
01- CAMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS	2003 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO	15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

12.2 dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1 É eleito o Foro da Cidade de Alagoas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.



JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

Assinado de forma digital
por JBS EMPREENDIMENTOS
E CONSULTORIA
LTDA:18916120000107

443





CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

Alagoinhas- Ba, 03 de junho de 2025.

Jose Cleto dos Santos Filho
PRESIDENTE DA CÂMARA
CONTRATANTE

JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA:18916120000107	Assinado de forma digital por JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA:18916120000107
--	--

Joel Barbosa dos Santos
JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA
CNPJ nº. 18.916.120/0001-07
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF: 058.916.895-96.

CPF: 152.887.065-119



444



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.916.120/0001-07
Certidão nº: 9565518/2025
Expedição: 19/02/2025, às 22:29:54
Validade: 18/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.916.120/0001-07, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 22/04/2025 00:33

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20252151433

RAZÃO SOCIAL	
JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
111.909.801	18.916.120/0001-07

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 22/04/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA/
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 18.916.120/0001-07

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:40:12 do dia 19/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/08/2025.

Código de controle da certidão: 3379.A914.8F94.9414

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.916.120/0001-07
Razão Social: JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA
Endereço: R SANTA CLARA 46 / KENNEDY / ALAGOINHAS / BA / 48020-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/05/2025 a 19/06/2025

Certificação Número: 2025052103482122537575

Informação obtida em 03/06/2025 09:51:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SEFAZ
PRAÇA GRACILIANO DE FREITAS, Nº S/N, CENTRO
ALAGOINHAS - BA CEP: 48000901

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIO
Nº 2807/2025.

Passada de acordo com o pedido, do(a) Sr.(ª).

Nome: JBS EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA		C.G.A 933534	C.N.P.J 18.916.120/0001-07
Endereço: RUA SANTA CLARA, Nº 46			
Bairro: PRACA KENNEDY	CEP: 48009140	Município: ALAGOINHAS	UF: BA

CERTIFICO que, verificando em nossos registros, não constam débitos para a empresa supra citado, que impeçam a expedição desta certidão até a presente data em nome do contribuinte acima identificado, ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa.

Observação: Esta certidão tem validade de 90 dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de autenticidade na internet, nos endereços. Conforme código de controle informado abaixo.

Certidão emitida via internet em: 22/04/2025

Certidão válida até: 21/07/2025

Identificador Web: 179967.2807.20250422.S40.715323
www.alagoinhas.ba.gov.br

204



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

RESUMO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Administrativo: 30/2025

Dispensa : 10/2025

Contrato : 10/2025

Espécie : Material de Consumo

Resumo do Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS-BA.

Modalidade : Dispensa de Licitação conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

Crédito da Despesa:

I-ÓRGÃO/UNIDADE – 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

II-PROJETO ATIVIDADE –2003– MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

III-NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

IV- FONTE DE RECURSO: 15000000– RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Valor Total do Contrato : R\$ 50.916,00 (Cinquenta Mil Novecentos e Dezesesseis)

Data da Assinatura do Contrato: 03 de junho de 2025

Vigência do Contrato : 12 (doze) meses.

Assina Pela Contratante : JOSÉ CLETO DOS SANTOS FILHO.

Assina pela Contratada : JOEL BARBOSA DOS SANTOS

DIÁRIO OFICIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS / BAHIA



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS - BAHIA

RESUMO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Administrativo: 30/2025

Dispensa : 10/2025

Contrato : 10/2025

Espécie : Material de Consumo

Resumo do Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS-BA.

Modalidade : Dispensa de Licitação conforme estabelecido na Lei n° 14.133/2021.

Crédito da Despesa:

I-ÓRGÃO/UNIDADE - 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

II-PROJETO ATIVIDADE -2003- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

III-NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

IV- FONTE DE RECURSO: 15000000- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Valor Total do Contrato : R\$ R\$ 50.916,00 (Cinquenta mil novecentos e dezesseis reais).

Data da Assinatura do Contrato: 03 de junho de 2025

Vigência do Contrato : 12 (doze) meses

Assina Pela Contratante : JOSÉ CLETO DOS SANTOS FILHO

Assina pela Contratada : JOEL BARBOSA DOS SANTOS

Esta edição encontra-se disponível no site do município

Diário Oficial do Município de Alagoinhas / BA - Disponível no site do município
A autenticidade deste documento é garantida quando visualizado diretamente no Portal.



Home > Contratos

Contrato nº 10/2025

Última atualização 03/06/2025

Portal Nacional de Contratações Públicas

Entrar

Unidade executora: 01 - Camara Municipal de Alagoinhas

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 10 **Categoria do processo:** Compras

Data de divulgação no PNCP: 03/06/2025 **Data de assinatura:** 03/06/2025

Vigência: de 03/06/2025 a 03/06/2026

Id contrato PNCP: 13341243000135-2-000010/2025 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A

Id contratação PNCP: 13341243000135-1-000014/2025

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO. PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS-BA.

VALOR CONTRATADO

R\$ 50.916,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 18.916.120/0001-07 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: JBS EMPREENDIMENTOS

Arquivos Histórico

Nome	Data	Tipo
CONTRATO Nº 10-2025 - JBS.pdf	03/06/2025	Contrato

Exibir 1-1 de 1 itens Página < >

< Voltar



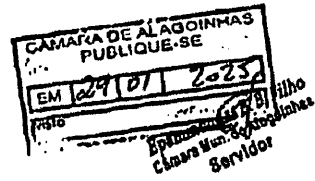
Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

447



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS



PORTARIA Nº 167 DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato no âmbito da Câmara Municipal de Alagoinhas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, em especial dos art. 7º e art. 8º § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo descritos para atuarem como Gestor e Fiscal de Contrato tendo como finalidade fiscalizar a execução de contrato administrativo, vinculados ao Gabinete da Presidência:

I - ISLENE DOS SANTOS DA TRINDADE – CPF: ***.382.615-**- Gestora de Contratos / Atas

II - MARTA RIBEIRO DOS SANTOS NASCIMENTO – CPF: ***.324.955-**- Fiscal de Contratos

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Publique-se! Registre-se! Cumpra-se!

Gabinete da Presidência, Alagoinhas - Bahia, 29 de janeiro de 2025.

José Cleto dos Santos Filho
Presidente da Câmara Municipal de Alagoinhas

Rua Coronel Philadelpho Neves, sn – Juracy Magalhães – CEP.: 48.005-670 – Fone: (75) 3182-3333
www.camaradealagoinhas.ba.gov.br
Alagoinhas - Bahia

Digitizado com CamScanner